

ANÁLISE SWOT – UNIDADE DE CORREGEDORIA DO IFSC

1. INTRODUÇÃO

A presente Análise SWOT da Unidade de Corregedoria do Instituto Federal de Santa Catarina – UCI/IFSC tem por objetivo realizar um diagnóstico dos fatores internos e externos que influenciam a atuação da Unidade, subsidiando o planejamento, a definição de prioridades e o aprimoramento das estratégias de gestão correcional.

A análise considera o contexto vivenciado pela atual gestão, especialmente a demanda reprimida existente na Unidade, decorrente de processos que demandam análise, instrução ou encaminhamento, bem como a capacidade técnica da equipe, a existência de servidores qualificados para a condução de processos administrativos disciplinares, o apoio da gestão institucional e as condições favoráveis para capacitação e desenvolvimento profissional.

Também são considerados aspectos relacionados à articulação da Corregedoria com os demais órgãos de integridade do IFSC, sua participação na Unidade Setorial de Integridade, a interlocução com a Controladoria-Geral da União – CGU, as parcerias e intercâmbios estabelecidos com outras instituições de ensino superior e a existência de iniciativas institucionais voltadas à integridade e à prevenção.

No ambiente externo e institucional, a análise considera ainda as características próprias do IFSC como instituição de ensino, especialmente o elevado número de servidores e estudantes, a presença de crianças e adolescentes em determinadas atividades e ambientes institucionais, a diversidade de relações estabelecidas na comunidade acadêmica e as particularidades culturais e regionais presentes nas diferentes unidades.

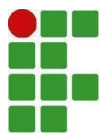
Nesse contexto, a análise SWOT busca identificar não apenas as limitações e os riscos existentes, mas também os ativos institucionais, oportunidades e capacidades que podem ser mobilizados para fortalecer uma atuação correcional cada vez mais preventiva, orientativa, integrada e estratégica.

2. MATRIZ SWOT

FORÇAS – Fatores internos positivos

**FRAQUEZAS – Fatores internos a
aprimorar**

- | | |
|---|---|
| 1. Capacidade técnica da equipe, com servidores qualificados para análise e | 1. Demanda reprimida, representada por processos que requerem análise, instrução, |
|---|---|



tratamento de matérias correcionais.

decisão ou encaminhamento.

2. Existência de servidores qualificados para condução de PAD, sindicâncias e demais procedimentos correcionais.

2. Volume da demanda reprimida em relação à capacidade operacional disponível, exigindo priorização e gestão por critérios de risco e urgência.

3. Experiência acumulada na condução de processos administrativos disciplinares.

3. Necessidade de aperfeiçoamento e consolidação de fluxos e procedimentos internos.

4. Apoio da gestão institucional às ações, projetos e iniciativas da Corregedoria.

4. Dependência de informações, documentos e apoio técnico de outras unidades para instrução de determinados processos.

5. Apoio institucional para capacitação dos membros da Corregedoria.

5. Necessidade de ampliar a cultura preventiva e o conhecimento institucional sobre a função da Corregedoria.

6. Interlocução permanente com a CGU, permitindo acesso a orientações, capacitações e boas práticas.

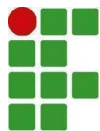
6. Necessidade de ampliar a sistematização e utilização estratégica dos dados correcionais.

7. Participação da Corregedoria na Unidade Setorial de Integridade, fortalecendo sua inserção na governança e na agenda de integridade institucional.

7. Risco de sobrecarga da equipe diante da combinação entre demanda reprimida, novas demandas e ações preventivas.

8. Articulação com os demais órgãos de integridade, incluindo Ouvidoria, Auditoria, Comissão de Ética e demais estruturas.

8. Necessidade de ampliar a presença e as ações preventivas junto aos campi e unidades.

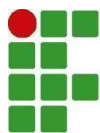


- | | |
|---|---|
| 9. Existência de indicadores internos para acompanhamento da atividade correcional. | 9. Necessidade de fortalecer a gestão do conhecimento e a disseminação das experiências adquiridas. |
| 10. Capacidade de produzir orientações técnicas para gestores e comissões processantes. | 10. Necessidade de aprimorar continuamente o monitoramento de prazos e riscos de prescrição. |
| 11. Existência de instrumentos normativos e de planejamento para orientar a atuação da Unidade. | |
| 12. Capacidade de atuação integrada entre prevenção, orientação, apuração e responsabilização. | |
-

OPORTUNIDADES – Fatores favoráveis

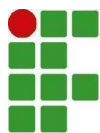
AMEAÇAS – Fatores de risco

- | | |
|---|--|
| 1. Parcerias com outras instituições de ensino superior, possibilitando intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas. | 1. Elevado número de servidores do IFSC, ampliando o universo de relações funcionais e a exposição a riscos correcionais. |
| 2. Interlocução com a CGU, possibilitando acesso a metodologias, capacitações e referenciais técnicos. | 2. Elevado número de estudantes, aumentando a complexidade das relações institucionais e os riscos associados ao ambiente educacional. |
| 3. Participação crescente na agenda institucional de integridade. | 3. Presença de crianças e adolescentes em atividades institucionais, exigindo estratégias |



específicas de proteção e prevenção.

- | | |
|--|---|
| 4. Existência de plano institucional de prevenção, possibilitando integração com as ações da Corregedoria. | 4. Riscos relacionados a assédio moral, assédio sexual, violência, discriminação e outras condutas inadequadas. |
| 5. Realização de eventos e ações institucionais de integridade, fortalecendo a cultura preventiva. | 5. Diversidade cultural e regional do IFSC, que pode influenciar percepções e formas de manifestação de conflitos e comportamentos.** |
| 6. Programa “Integridade em Movimento”, possibilitando aproximação dos órgãos de integridade com os campi. | 6. Aumento da quantidade ou complexidade das denúncias e demandas correcionais. |
| 7. Política Preventiva “Café com a Corregedoria”, como instrumento de aproximação, orientação e identificação de riscos. | 7. Risco de judicialização de processos e decisões disciplinares. |
| 8. Fortalecimento da integração entre os órgãos de integridade. | 8. Risco de prescrição, especialmente diante da demanda reprimida e do ingresso contínuo de novas demandas. |
| 9. Desenvolvimento de ferramentas de análise de dados e indicadores. | 9. Repercussão institucional e externa de processos envolvendo temas sensíveis. |
| 10. Valorização crescente da prevenção e da integridade na Administração Pública Federal. | 10. Aumento das demandas sem correspondente ampliação da capacidade operacional. |



11. Possibilidade de construção de uma rede de cooperação correcional entre instituições de ensino.

11. Complexidade das relações entre servidores, estudantes, gestores, terceirizados, famílias e comunidade externa.

12. Utilização das informações produzidas pela atividade correcional para orientar ações preventivas e aprimorar processos institucionais.

12. Possibilidade de utilização inadequada dos canais institucionais para conflitos pessoais ou demandas sem elementos mínimos para tratamento correcional.

3. SÍNTESE DA ANÁLISE

A análise demonstra que a UCI/IFSC possui importantes capacidades internas para enfrentar os desafios existentes, destacando-se a qualificação técnica da equipe, a existência de servidores aptos à condução de processos administrativos disciplinares, o apoio da gestão, o investimento em capacitação, a interlocução com a CGU e a articulação com os demais órgãos de integridade.

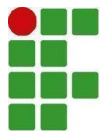
A demanda reprimida constitui, atualmente, um dos principais desafios gerenciais da Unidade, exigindo critérios objetivos de priorização, distribuição, acompanhamento e encaminhamento, sem comprometer a capacidade da Corregedoria de desenvolver ações de prevenção e orientação.

Ao mesmo tempo, o IFSC apresenta um ambiente favorável ao fortalecimento da função correcional, marcado pela integração dos órgãos de integridade, participação da Corregedoria na Unidade Setorial de Integridade, existência de plano de prevenção, realização de eventos de integridade, apoio institucional e possibilidade de cooperação com outras instituições de ensino superior.

Por outro lado, a dimensão do IFSC e a própria natureza da atividade educacional representam fatores relevantes de exposição a riscos. O elevado número de servidores e estudantes, a presença de crianças e adolescentes, a diversidade regional e cultural e a multiplicidade de relações existentes na comunidade acadêmica exigem uma atuação correcional cada vez mais preventiva, especializada e orientada por riscos.

Nesse cenário, a principal oportunidade estratégica da UCI consiste em transformar as informações produzidas pelo tratamento das demandas correccionais em conhecimento para prevenção, permitindo identificar padrões, vulnerabilidades e riscos e, a partir deles, desenvolver ações educativas e preventivas.

Assim, a atuação da Unidade pode ser estruturada em um ciclo contínuo:



DEMANDA REPRIMIDA E NOVAS DEMANDAS → ANÁLISE DE DADOS → IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS → PRIORIZAÇÃO → APURAÇÃO/ORIENTAÇÃO → PREVENÇÃO → MONITORAMENTO → APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

Esse modelo contribui para consolidar uma Corregedoria que, além de apurar e responsabilizar, atua de forma estratégica na prevenção, orientação, identificação de riscos e promoção da integridade institucional.